

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Do Sr. BOSCO COSTA)

Requer ao Senhor Ministro de Estado da Economia informações a respeito da arrecadação, destinação e aplicação do produto da arrecadação das loterias federais, relativamente aos últimos 5 (cinco) anos.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao senhor Ministro de Estado da Economia, as informações necessárias ao esclarecimento das seguintes questões relacionadas à arrecadação, destinação e aplicação do produto da arrecadação das loterias federais, relativamente aos últimos 5 (cinco) anos, segregado por ano e por modalidade lotérica:

- 1) Quais os valores arrecadados com a comercialização de loterias federais no Brasil?
- 2) Quais foram os destinatários desses recursos e quanto cada um recebeu?
- 3) Dos valores destinados a fundos, órgãos ou entidades federais, quanto foi efetivamente executado?
- 4) Em que programas, ações e projetos os recursos repassados a esses fundos, órgãos ou entidades federais foram efetivamente aplicados?
- 5) Quanto foi destinado ao Fundo de Desenvolvimento das Loterias?
- 6) Como e em que valores se deu a execução dos recursos do Fundo de Desenvolvimento das Loterias?

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento de Informação tem por objetivo permitir ao Congresso Nacional um melhor e mais detalhado conhecimento acerca da arrecadação e da aplicação do produto da arrecadação das loterias federais no Brasil.

Não desconhecemos que parte dessas informações estão disponíveis em relatórios ou documentos da Caixa Econômica Federal. Contudo, além de não serem detalhadas, a forma sob a qual algumas dessas informações em geral são apresentadas não permite aos cidadãos brasileiros, tampouco ao Poder Legislativo, uma compreensão suficientemente clara acerca da arrecadação e da repartição das receitas lotéricas.

Entendemos que, a bem do cumprimento de suas atribuições constitucionais relacionadas à fiscalização dos atos do Poder Executivo, é dever do Congresso Nacional conhecer em detalhes os resultados da arrecadação e do grau e da forma de aplicação dos recursos ora mencionados.

Tendo em vista a grande relevância da matéria, consideramos pertinente e oportuno o envio de requerimento de informação ao senhor Ministro de Estado da Economia, a fim de que preste as informações necessárias ao esclarecimento das questões aqui formuladas.

Sala das Sessões, em de de 2020.



Deputado Bosco Costa